

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz; Sr. Ministro Aureliano Chaves; Sr. Presidente do BNDES, Luis Carlos Mendonça de Barros, vou centralizar as minhas observações em cima de duas colocações: uma feita pelo Brigadeiro Ivan Frota, e a outra pelo ex-Governador Aureliano Chaves. O Brigadeiro Ivan Frota colocou, com muita propriedade, que devemos nos colocar estrategicamente contra ou a favor da privatização da Vale. Todas as objeções menores que são feitas ao próprio processo de privatização são questões de natureza tática, portanto, não deveremos perder tempo com elas.

Vou dar a minha opinião pessoal, opinião da maioria do meu partido no Congresso Nacional, sobre a privatização da Vale do Rio Doce. De outra parte, quero retomar a idéia, com a qual concordo, do ex-Governador Aureliano Chaves, de que a estatização no Brasil não se realizou em função de um projeto ideológico, mas em resposta a condições de natureza prática. O homem é o único organismo na natureza que é dotado de inteligência. E a inteligência é a capacidade que o homem tem de mudar quando mudam as circunstâncias que o cercam. Portanto, precisamos estar sempre de olho na história, como único juiz, para avaliar a correção e a exatidão do nosso comportamento, principalmente na área pública, quando as nossas ações têm uma influência muito grande na vida da sociedade, na vida de milhões de pessoas. Por que a Vale do Rio Doce, hoje, pode e deve ser privatizada? Ela pode e deve ser privatizada porque não é necessária a presença do Estado na sua gestão, na formação do seu capital, pelo contrário, o Estado é um grave empecilho à expansão das atividades da Vale. A Vale do Rio Doce precisa crescer muito para explorar os imensos jazimentos que ela tem detectado no seu programa de pesquisa. No entanto, ela não pode aumentar o seu capital, porque o Estado não pode comparecer, a União está proibida de subscrever capital adicional na Vale.

De sorte que ela tem de se contentar apenas e exclusivamente com o reinvestimento de seus lucros para fazer face ao seu programa de investimento.

Ora, a Vale do Rio Doce é uma empresa de baixa lucratividade.

Quem tem interesse em conhecer os números da realidade deve saber que, de 1990 até 1996, o lucro médio da Vale foi de US\$346.000.000,00. Houve ano, como 1990, em que esse lucro não passou de US\$106.000.000,00. Tudo isso para um patrimônio líquido de US\$10.000.000,00, ou seja, um retorno de menos de 4% sobre o patrimônio líquido, sobre o capital investido.

Ora, esse lucro tão baixo, além de não remunerar os acionistas, também limita e restringe a capacidade da Vale de dar prosseguimento às pesquisas minerais.

Tanto é verdade que, na década de 90, o gasto médio anual com pesquisa mineral da Vale foi da ordem de US\$35.000.000,00, uma quantia absolutamente inadequada para o desenvolvimento de todas as jazidas que estão sendo detectadas.

Com a privatização, temos um programa de risco entre o BNDES e a futura Vale do Rio Doce, no valor de US\$400.000.000,00, para serem gastos em cinco anos. Passaremos de um gasto anual de US\$34.000.000,00 para um gasto anual de US\$80.000.000,00. Af, sim, os recursos que estão jazendo no interior do nosso subsolo, sem utilidade para o povo brasileiro e para a economia, estarão sendo trazidos ao mercado. Criarão emprego e riqueza para o conjunto da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, do ponto de vista de Minas Gerais, a Vale do Rio Doce realizou obras de infra-estrutura em Minas, como realizou no Pará, não por ser uma empresa estatal, mas por ser uma empresa de mineração, e isso faz parte da lógica das empresas de mineração que, na prática, são mais empresas de logística do que propriamente empresas de mineração. Ela faria isso como empresa privada, assim como faria como empresa pública.

Além disso, os benefícios sociais deixados pela Vale em Minas Gerais são, na verdade, nulos, inexistentes, porque não há região mais pobre em Minas, hoje, depois do vale do Jequitinhonha, do que o vale do rio Doce. Quem conhece o vale do rio Doce sabe o que a Vale deixou lá: a Vale não deixou absolutamente nada! Pelo contrário, usou os lucros auferidos na exploração mineral em Minas para investir no Espírito Santo, para investir no Rio de Janeiro, com a fábrica de alumínio, para investir no Pará e para investir no Maranhão.

Fora da área de mineração, poucas iniciativas foram contempladas em Minas Gerais. Foi contemplada apenas uma delas: a celulose da CENIBRA.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores debatedores, se não há necessidade de o Estado brasileiro manter o controle da Vale para exercer a sua soberania - porque a soberania se exerce por meio da obediência às leis do País, do respeito às instituições e aos tribunais, ao que a nova Vale terá de atender, como o fazem todas as empresas internacionais aqui sediadas -, o País não deve continuar com esse investimento, que é totalmente prejudicial.

Pois bem, vejamos: a União detém 51% do capital da Vale, que é de R\$10.000.000.000,00; recebeu de dividendos, em média, nos últimos sete anos, apenas R\$40.000.000,00, ou seja, menos de 1% da parte do Estado que ali está investida.

Essa mesma União paga, de juros reais, para rolar uma dívida que não foi constituída neste Governo - foi constituída basicamente nos governos militares -, 15%. Ao vender a Vale, estamos trocando uma remuneração de 1% por um gasto de 15%. Por outro lado, parte desses recursos vai constituir um fundo de financiamento de infra-estrutura, desde que tocado pela iniciativa privada, para que possamos prosseguir no programa de concessão de rodovias, de ferrovias e de serviços públicos de toda a natureza.

A soberania de um povo, Sr. Presidente, senhores debatedores, manifesta-se no nível de vida de seu povo. A cidadania se exprime na forma de educação, de saúde, de habitação decente e de emprego para a população. Todo o patrimônio da União deve ser vendido para que o Estado possa dedicar-se exclusiva e preponderantemente à consecução desses objetivos. Esse é o dever dos políticos que estão hoje com a responsabilidade de deliberar e decidir neste País.

Não vou me apegar a sentimentos do passado para negar o futuro. Os sentimentos do passado vão me ensinar apenas a encarar cada etapa da história como uma etapa diferente, que exige uma coragem diferente, uma audácia diferente e uma criatividade diferente. Agir como Demerval Pimenta, como Israel Pinheiro e como Artur Bernardes, hoje, é privatizar a Vale, é privatizar as siderúrgicas e canalizar esses recursos para a promoção do povo brasileiro.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA

### CARTA DE ITABIRA

## PRIVATIZAR A VALE É ENTREGAR AS RIQUEZAS DO PAÍS

Itabira, 02 de Junho de 1995

Reunidas, em Itabira-MG, onde, há 53 anos, era criada a Companhia Vale do Rio Doce, lideranças da política nacional e a sociedade civil organizada firmaram, nesta data, posição contrária à decisão do Governo Federal de privatizar essa empresa estatal, que desfruta de grande prosperidade, até internacional, que mantém atividades produtivas em diversos estados brasileiros, além de Minas Gerais, como Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia, Pará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Amazonas, assim, vender a Vale significa negociar a própria soberania nacional.

O consenso teve amparo na consciência de que a soberania nacional se sustenta na CVRD, empresa que descortina um futuro próximo de independência econômica e, através da qual, o País avança em conhecimento científico e tecnológico. Em razão disso, entendem os participantes da discussão, que um dos maiores desafios com que se deparam os brasileiros é o de fazer reverter a situação, preservando como estatal a Companhia Vale do Rio Doce, pelos motivos que, entre outros, se enumeram:

1- A Vale é uma empresa estratégica que sabe da existência de reservas minerais de alto valor para o progresso do País;

2 - Ao privatizar uma grande empresa, como a Companhia Vale do Rio Doce, o Brasil estará deixando de se constituir em fundo nacional de conhecimento científico e técnico;

3 - É a empresa que mais tem conhecimentos sobre a Amazônia Brasileira, centro das atenções e interesse de todo o mundo, região que detém quase US\$ 2 trilhões em jazidas minerais;

4 - A privatização vai inibir o compromisso social que a empresa tem com municípios e estados brasileiros. Somente no período de 1993 e 1994, cerca de 5 milhões de pessoas, de 194 municípios, foram beneficiadas com investimentos da ordem de US\$ 31 milhões do Fundo de Reserva da CVRD.

5 - A deficiência no levantamento cartográfico do Brasil fará com que a anunciada privatização da CVRD seja feita por um valor abstrato. Para se saber o preço da empresa seria necessário quantificar nossas reservas. Esse levantamento, primeiro cartográfico e depois geológico, seria fundamental para avaliação da Vale. A Organização das Nações Unidas considera a cartografia a primeira ferramenta do desenvolvimento econômico.

6- Não podemos concordar com o argumento usado de vender o patrimônio para se fazer "caixa", o bom senso recomenda que o empresário inteligente deve é investir no seu patrimônio, com o intuito de gerar mais "caixa".

7 - Finalmente, não vemos legitimidade desta pretenção, pois em momento algum da campanha que elegeu o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi anunciada a privatização da CVRD ou outras estatais rentáveis.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA

Estes e inúmeros outros fatores tornam inexplicável a medida privatizante da Companhia Vale do Rio Doce, uma estatal que compete no mercado exterior com empresas da iniciativa privada, sustentando-se como a maior exportadora de minério de ferro do mundo. É repudiando o inexplicável e em defesa da soberania brasileira que nasce e se firma o Movimento Nacional Contra a Privatização da Vale.

Novo evento do movimento está marcado para o Espírito Santo e o Pará.

## MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO

Lideranças nacionais resolveram lançar um manifesto contrário à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. O documento, publicado abaixo na íntegra, tem o apoio e as assinaturas do ex-presidente Itamar Franco, do ex-vice-presidente Aureliano Chaves, do presidente do PMDB, deputado Paes de

Andrade, do ex-ministro José Aparecido, do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, do engenheiro Ricardo Maranhão, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) e de dezenas de deputados federais, senadores e deputados estaduais.

# A Vale do Rio Doce e o interesse nacional

O presidente da República, sem ouvir a sociedade e sem consultar o Parlamento, decidiu vender as ações ordinárias da Companhia Vale do Rio Doce que asseguram o controle público sobre uma das mais importantes empresas nacionais, e das primeiras do mundo no setor de mineração.

Podemos definir a Vale — disse o Sr. Francisco Schettino, presidente da Companhia, em depoimento à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados — como uma empresa que trabalha com recursos naturais e logísticos de transporte. Opera em nove estados, diretamente ou através de suas empresas controladas e 26 coligadas. Os negócios a que esse conglomerado se dedica são a exploração de minério de ferro, manganês, ouro, bauxita e caulim; operação dos sistemas interligados mina-ferrovia-porto, no Pará, no Maranhão, em Minas Gerais e no Espírito Santo; navegação transoceânica, atividades nas áreas de peletização, siderurgia, ferro-liga e alumínio; manejo de maciços florestais para produção de madeira, celulose e papel. Cada atividade complementa outra, garantindo a sinergia entre os negócios do grupo. Para construir esse sistema, a Vale vem firmando parcerias com investidores brasileiros, japoneses, italianos, espanhóis, franceses, sul-africanos e argentinos. A Vale é uma empresa de capital aberto, consagrada no mercado por sua transparência: 51% das suas ações pertencem à União e 49% já estão nas mãos de acionistas privados.

A Vale custou aos brasileiros mais do que os investimentos financeiros. Ela foi criada pelos Acordos de Washington, que estabeleceram a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, com o envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália e o tributo de sangue de nossa gente naquele conflito. Conforme esses convênios assinados entre o Brasil, a Inglaterra e os Estados Unidos, o nosso país reassumiu, há mais de meio século, o pleno controle sobre as jazidas minerais de Itabira — que era contestado pela *Itabira Iron* — e iniciou a construção da grande empresa de economia mista.

Não há argumento que justifique a transferência de seu controle acionário, conforme confessa o próprio presidente do BNDES, ao anunciar o propósito de aliená-la.

“É uma usina integrada, líder no mercado brasileiro. É competitiva no mercado internacional. Não

dá prejuízo. Tem um nível de atividade excelente — é moderna e atualizada tecnologicamente.”

A Vale do Rio Doce é conquista política e técnica dos brasileiros. Seu patrimônio maior são suas jazidas que não podem, dentro dos recursos técnicos de medição de hoje, ser avaliadas com exatidão, a par da inteligência operacional, construída pelos seus engenheiros e administradores.

A Vale do Rio Doce conquistou a posição que tem no mundo sem quaisquer privilégios, como os do monopólio, de subsídios ou isenções fiscais.

A empresa tem sido também, ao longo de sua existência, e pelo fato de controlar o Estado, importante agência do desenvolvimento econômico, social e cultural nas regiões em que atua. Além dos dividendos que atribui a seus acionistas, e dos reinvestimentos que realiza, a Vale emprega grande parte de seus lucros na promoção da saúde, da educação, da cultura e das atividades produtivas em vastas áreas do país.

Segundo a avaliação disponível, pretendem transferir o controle acionário da empresa por menos de 10 bilhões de dólares. Isso é muito menos do que valem as suas instalações portuárias e suas duas grandes ferrovias.

Não procede o argumento de que a privatização da Vale é necessária para resolver o problema do Tesouro. O déficit público tem registrado somas mensais equivalentes à prevista na alienação da empresa. Não temos uma Vale do Rio Doce para ser privatizada todos os meses.

Por tudo isso, os cidadãos que assinam este documento, conscientes de sua responsabilidade política na defesa do interesse do povo brasileiro, convocam a sociedade a fim de que manifeste sua firme oposição à transferência do controle acionário da Vale do Rio Doce a grupos privados.

Dirigem-se sobretudo aos senadores e deputados federais, representantes da vontade nacional a fim de que, no exercício de seus deveres constitucionais, que são de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, impeçam o imenso prejuízo econômico e o irreparável erro político que seria a privatização do controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce.

MOVIMENTO REAGE BRASIL em defesa da Vale do Rio Doce, contra sua privatização - desnacionalização

# Povo se une em defesa da Pátria baseado nos ideais de Tiradentes

*Apelo ao Congresso e à Nação da frente em defesa da Soberania e Integridade do Brasil para os excelentíssimos senhores deputados e Senadores*

**A FRENTE EM DEFESA DA SOBERANIA E INTEGRIDADE DO BRASIL, que espontaneamente surge nos municípios indicando o despertar da consciência cívica dos brasileiros (e nós os abaixo assinados que a ela aderimos e prestigiamos) apela para o patriotismo de vossas excelências a fim de que repudiem as propostas de emenda à Constituição-Cidadã de 1988, pois significam a entrega do Brasil aos estrangeiros e a transformação dos brasileiros em escravos obedientes e cabisbaixos das nações ricas. Fundamentam o que foi declarado as seguintes ações do Governo, expressas reiteradamente:**

1 - quando o excelentíssimo senhor presidente **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** agride os que pensam e agem de modo diferente dele chamando-os de corporativistas, malandros, defensores de seus privilégios, e vê neles pequena minoria divorciada da Nação que deseja as Reformas e o elegeu com 34 milhões de votos, no primeiro turno;

2 - quando o senhor Presidente finge ignorar que a eleição foi plebiscito de aprovação do Plano Real, pela ilusória estabilização da moeda que já faz água, e é simples repetição dos seis planos anteriores, realizados pela elite dirigente temerosa da hiperinflação e todos concentradores da renda nacional em poucas mãos; Sua excelência sabe que as questões substantivas não foram discutidas na Campanha Eleitoral, quando diariamente ouvimos de sua parte o blá-blá-blá de uma eleição municipal de Juiz de Fora ou Campinas;

3 - quando nenhum plano de estabilização pode dar certo, enquanto o Governo não enfrentar, corajosa e patrioticamente, as verdadeiras causas da inflação e da instabilidade monetária: A Dívida Externa, a Dívida Interna e a Dívida Social;

4 - quando sabe o senhor Presidente que a dívida externa era de 84 bilhões de dólares quando o general **Figueiredo** passou a **Sarney**, hoje é de 160 bilhões de dólares sem que nenhum grande investimento houvesse

*“Nenhum plano de estabilização pode dar certo enquanto o governo não enfrentar as verdadeiras causas da inflação”.*

sido realizado, logo dobrou com juros sobre juros; **Sarney** pagou, nos seus cinco anos, 100 bilhões de dólares; é dívida ilegítima e impagável por todos os países do Terceiro Mundo, e visa, exclusivamente assegurar a dependência permanente desses países às nações ricas; **a única solução para esta dívida está na mobilização dos 170 países do Terceiro Mundo pelo Brasil, declarando às nações ricas que ela já está paga;** não são os países pobres que precisam das nações ricas, antes ao contrário, são estas que, havendo esgotado as suas riquezas precisam continuar espoliando as nações pobres; o Brasil pelo último acordo, negociado por **Malan** e **Fernando** está pagando juros anuais de 15 bilhões de dólares;

5 - quando o próprio senhor Presidente tem declarado que o Sistema Financeiro Internacional é uma organização doente, **pois não há nenhum controle dos fluxos irresponsáveis de capitais da ordem de 13 trilhões de dólares sem nenhuma correlação com o comércio e a produção mundiais;** existe, como o FMI, o BANCO MUNDIAL e o GATT, hoje OMC (Organização Mundial do Comércio), como instrumentos sempre atualizados de dominação das nações pobres;

6 - quando sabe o senhor Presidente que a dívida interna ainda inexpressiva na passagem do Governo do General **Figueiredo** para o presidente **Sarney**, ascende hoje a 200 bilhões de dólares, de acordo com o discurso de despedida do Senado em 14 de dezembro próximo passado; **o juro correspondente com a inflação atual de 35% seria de 70 bilhões de dólares em 1995; é**

*“Aprovada a Lei de Patentes sem correção, estará o Brasil pagando royalties pelo que sempre se recusou a fazê-lo, por considerá-los bens comuns da humanidade”.*

assim um saco sem fundo, é inesgotável, sendo pois má-fé ou simples demagogia, ou consumada leviandade dizer que as privatizações visam diminuir; esse dado é conservador pois se a dívida já tiver nos 260 bilhões de dólares serão os juros da ordem de 90 bilhões; o Banco Central esconde, omite e apresenta dados confusos, fazendo-o propositalmente para que o povo brasileiro não se revolte diante de tanta espoliação; quando o Banco Central fala que a dívida é de 60 bilhões de dólares naturalmente se refere apenas às dívidas dos banqueiros, empresários e multinacionais, omitindo a dos Estados, a dívida do PIS-PASEP, a do FGTS etc.

7 - quando o senhor Presidente não ignora que nenhum grande investimento gerou essa dívida interna; os bancos, as transnacionais e os grandes empresários se capitalizaram desde o regime militar, porém principalmente na Nova República pela especulação financeira desenfreada e apenas, secundariamente, produzindo automóveis, navios, cimento etc.; transferiram para o exterior criminosamente quantia da ordem de 50 bilhões de dólares que, de quando em quando, voltam ao Brasil para novas especulações financeiras de curto prazo, aproveitando as resoluções do governo inepto, que estimula as debêntures, os ADR etc.; esses capitais permanecem no Brasil poucos meses e retornam ao exterior com lucros reais de 50%, quando se estivessem nos paraísos fiscais de onde saíram seriam remunerados apenas a 4 ou 5% ao ano; é o povo que paga toda essa incompetência da mesma forma que paga a permanência das reservas brasileiras no Banco das Compensações de Genebra,

recebendo juros de 2 a 3% ao ano; todos os países têm dívidas internas e alguns como a América do Norte e a Itália proporcionalmente muito superiores a nossa, não lhes causando maiores dificuldades; assim, qualquer Governo patriota solucionaria esse problema exigindo dos donos dessa dívida: banqueiros, empresários e multinacionais um novo perfil dela, em que os prazos de rolagem fossem de 1 a 15 anos e os juros, os internacionais;

8 - quando o senhor Presidente diz desejar vender o Patrimônio Público para diminuir a dívida, **para não explicitar que deseja fazer novas doações do mesmo patrimônio aos felizes beneficiários da especulação financeira que a multiplicou até aos atuais 260 bilhões de dólares e, também, aos beneficiários oligopolistas das siderúrgicas, petroquímicas e fertilizantes já entregues a eles;** dessa forma aumenta a concentração da renda nacional nas poucas mãos que já a detêm, sangrando de novo o povo brasileiro; o pagamento dos juros anuais das duas dívidas é feito religiosamente aos banqueiros nacionais e internacionais, determinando sob outros infundados pretextos os cortes orçamentários do ministro **Serra**, indiferente e insensível ao sofrimento dos brasileiros;

9 - quando o senhor Presidente mostra a incompetência e inação do seu Governo diante da dívida social de 40 milhões de pobres e 32 milhões de miseráveis, enganando-os com soluções demagógicas e paliativas, ao invés de ensaiar mudanças da estrutura social com decisões políticas corajosas quais fossem: a criação de um grande pólo alcooleiro no Distrito Federal, a multiplicação de pequenas destilarias de um PROALCOOL descentralizado portodo o Brasil e a reversão ao patrimônio nacional, sem indenização de todas as terras ociosas com extensão superior a 50 mil hectares se possuídas por pessoa jurídica, e de 20 mil se por pessoa física, para um Plano vigoroso de reforma agrária por colonização; apresentar essa corajosa emenda constitucional, já preconizada pela OAB do Rio Grande do Sul desde 1981, no Fórum Pontes de Miranda, nem pensar; ao contrário quer vender o Brasil a espera de investimentos estrangeiros que provavelmente nos trarão indústrias poluidoras e não resolverão nossos problemas de concentração do povo nas megalópoles; hoje um único emprego industrial exige investimentos da ordem de 80 mil dólares; outrossim, recua e avança, alternadamente, mas insiste com persistência em castrar as conquistas sociais da Constituição-Cidadã;

10 - quando o senhor Presidente não ignora que as nações ricas estão diante de crises insolúveis: o fim da era do petróleo, o esgotamento de recursos minerais próprios, e o desemprego sempre crescente, consequência da concentração oligopolista que se recusa a investir para multiplicar os lucros e, ainda, da automação e informatização, só podendo manter o alto padrão de vida artificial de seus povos pela espoliação do Terceiro Mundo: - a secular deterioração das relações de troca; a venda de caixas-pretas tecnológicas (TRILATERAL), o FMI, o BIRD e a nova Organização Mundial do Comércio, antigo GATT, a qual o Senado Americano só aprovou com a ressalva: de que não prejudicasse os interesses

*“Toda essa grita que se faz sobre o monopólio de minérios é mentirosa, pois a Constituição-Cidadã permite joint-venture com os estrangeiros desde que a fatia nacional seja de 51%”.*

*“Nosso presidente se rende à perspectiva de retaliação americana para lhes doar o maior banco genético do mundo - a Amazônia”.*

americanos e, finalmente pela Lei de Patentes, no dizer de “O Globo”, o “Bom-bom” que o presidente FHC levaria a Clinton, todavia encravada no Senado, nada obstante às desairosas pressões americanas, pelo patriotismo dos senadores;

11 - quando o senhor Presidente não pode omitir que o seu Governo e o do antecessor, por pressão do Itamarati, quando era ministro das Relações Exteriores, para satisfazer os americanos, fez o Congresso aprovar **Tratados contrários ao interesse brasileiro**: - desnuclearização da Ibero-América da Agência Internacional de Energia Atômica e da Organização Mundial do Comércio, este último aprovado no nosso Senado com o quorum ilegal de apenas 22 senadores; tratados que tornaram o Brasil uma potência de segunda classe, diferente da Índia, Paquistão, Israel e Ucrânia, anuindo ao conceito de Soberania Restrita; outrossim, fizeram o Brasil, na conferência do Cairo de dezembro próximo passado, abandonar as posições sobre o controle da natalidade definidas em Bucarest em 1974 e no México em 1984, posicionando-se de acordo com as nações ricas que lutam pelo envelhecimento das nações do Terceiro Mundo para que perdida a dinâmica social se tornarem escravos conformados e abstinentes, forma de dominá-los facilmente; no Brasil, nos Governos Figueiredo e Sarney foram esterilizadas 40% das brasileiras férteis, baixando as taxas de natalidade de 3,1 para 1,9, em atenção ao modismo de nossa classe média, incomodada com os erros da estrutura social e sem compreendê-los, do que resulta a próxima geração, não consultada, ter de alimentar maior número de velhos e criando no Brasil um vazio demográfico que ensejará as pressão internacionais do futuro para aceitarmos os prolíficos povos da Ásia, para obterem o álcool e os óleos vegetais que precisarão com o fim da era do petróleo.

# A dívida social e a degradação do Estado

Celso Furtado

**E**m outras épocas, já se discutiu muito, neste país, o tema desenvolvimento. Hoje, a bem da verdade, quase que só se fala em governabilidade. É preciso ter em mente, porém, que governar bem é assegurar o desenvolvimento. Há que se pensar, portanto, em que estratégias adotar para promovê-lo. Na minha opinião, há três objetivos principais que devem ser perseguidos, simultaneamente:

**1** Conseguir uma inserção dinâmica internacional;

**2** Combater a tragédia moderna da pós-industrialização, que é a falta de emprego, criando postos de trabalho adequadamente remunerados para aqueles que estão se incorporando à sociedade;

**3** Atacar um outro problema universal, que é a má distribuição da renda.

Não há qualquer país que tenha alcançado tais objetivos na sua totalidade. Na Europa, o desemprego é crescente. Os Estados Unidos ainda conseguem criar empregos, mas distribuem a renda de forma cada vez mais desigual. No Brasil, porém, o quadro é mais grave, pois não criamos empregos, não distribuimos a renda e, no que diz respeito à inserção internacional, temos conseguido apenas modesto progresso.

A economia brasileira foi, durante longo período, muito fechada, característica que pode ser atribuída ao esforço de desenvolver o mercado in-

terno. A partir dos anos 70, começou-se a verificar a necessidade de abertura, com vistas a tornar o acesso à tecnologia moderna mais fácil, amplo e eficaz. Creio que, nesse terreno, houve algum avanço, o qual se poderia

## O Brasil apresenta o recorde de ter a renda mais concentrada do mundo

medir pela diversificação das exportações brasileiras e pelo fato de que já fomos exportadores unicamente de café, açúcar e cacau e, hoje, exportamos produtos de tecnologia avançada. No presente, pode-se dizer que há uma consciência muito clara, por parte das empresas, de que é necessário participar da competição internacional, visto que desenvolvimento sem abertura quase sempre leva à acumulação de atraso tecnológico. Mesmo assim, a economia brasileira continua sendo relativamente fechada: nossas exportações não representam mais do que 10% do produto nacional.

No passado, o acesso ao

mercado internacional para produtos manufaturados era limitado às economias da vanguarda tecnológica. Falava-se em estrangulamento externo da economia, cuja origem montava à crise de 29, quando o comércio internacional sofreu grande recesso. A partir dos anos 70, o cenário mundial começou a se modificar. O mercado internacional tornou-se um fator muito mais importante para o desenvolvimento de todos os países — inclusive para o Brasil. Não podemos esquecer, porém, que, apesar da grande importância que tem o mercado externo atualmente, desenvolver o mercado interno é um imperativo social: ao fazê-lo, o país está criando empregos. Naturalmente, poder-se-ia argumentar que o setor exportador também emprega. Mas, quem vê uma plantação de soja altamente mecanizada percebe logo que o uso de mão-de-obra na grande agricultura moderna de exportação é muito reduzido. As culturas tradicionais de açúcar, ou de cacau, eram criadoras de emprego. Um sinal disso é que o campo brasileiro, naquela época, empregava 70% da mão-de-obra; hoje, utiliza 30%.

O Brasil já se industrializou. Possui um dos dez maiores parques industriais do mundo. Permanece, no entanto, subdesenvolvido, no sentido de sua heterogeneidade social. Ora, sendo já industrialmente adiantado, falta-lhe, na realidade, resolver os seus

graves problemas sociais. Não se pode, portanto, pensar o desenvolvimento brasileiro partindo de outra premissa que não seja esta: o aspecto social é prioridade absoluta. Nessa perspectiva, é preciso avaliar se vale a pena termos uma agropecuária muito eficiente, se ela é criadora de desemprego. Gilberto Freire, há 40 anos, já denunciava o escândalo social brasileiro: tendo tanta terra, optou por uma agricultura poupadora de mão-de-obra, e manteve essa população falsamente urbanizada, na miséria, na criminalidade. Reforma agrária, no Brasil, tem que ser entendida, não como problema econômico, mas social, pois promovê-la seria garantir ampla criação de empregos.

O setor de serviços foi o responsável pelo rebaixamento de salários ocorrido, recentemente, nos países onde predominou. É o caso dos Estados Unidos, por exemplo, onde a opção é baixar salários ou desempregar. É preciso sair desse dilema, criando postos de trabalho com adequada remuneração. Portanto, países que têm a possibilidade de empregar no campo, como é o caso do Brasil, devem fazê-lo. Isso não significa, necessariamente, atraso. Uma agricultura do tipo familiar, ou de pequenas unidades, pode ser eficaz e, ao mesmo tempo, geradora de bem-estar social. Além disso, é preciso não esquecer de que o Brasil não é um país plenamente alimentado, pelo contrário: em determinadas regiões, a população não chega a se formar fisicamente por subnutrição.

Nos 50 anos subseqüentes à crise de 1929, o Brasil foi um dos países que apresentaram crescimento mais elevado. Crescemos, durante mais de 30 anos, à taxa de, pelo menos, 5,5%, conseguida à base

da exploração de um patrimônio natural e de um mercado interno imensos. No entanto, não há qualquer outro exemplo de país que tenha criado tantas e tão grandes injustiças sociais. O Brasil apresenta o recorde de ter a renda mais concentrada do mundo. Isso, apesar de a nossa renda *per capita* ser de, pelo menos, U\$ 2.000. Na América Latina, há países onde esse valor é muito menor, mas cujos índices sociais são muito superiores. Portanto, o Brasil é um espetáculo de mau governo, no plano social.

Os países do Sudeste da

zada de que qualquer país que negligenciasse a questão social cairia, inevitavelmente, na dominação comunista. Com isso, as nações do Sudeste Asiático tiveram a renda mais bem distribuída do mundo, desde sempre, e o resultado é o que se vê hoje.

Foi divulgado, recentemente, que um estado do Nordeste reduziu em 30% a sua taxa de mortalidade infantil, no prazo de apenas um ano. Ora, em qualquer lugar do mundo, uma redução dessa ordem representa um esforço enorme de reconstrução social, que não se consegue antes de 15 anos. Isso prova que os problemas sociais brasileiros foram negligenciados de tal maneira que se pode, hoje em dia, fazer verdadeiros milagres. A solução estava, provavelmente, ao alcance da mão, e se não se resolveu o problema antes foi por exclusiva falta de vontade política dos governantes. Na minha opinião, o Brasil não conta com uma classe dirigente à altura dos seus problemas.

A formação de uma classe política é um processo extraordinariamente complexo, que envolve reunir caráter, competência e espírito de sacrifício. Só a democracia é capaz de produzir esse grande milagre, ao transformar a política em uma arena aberta ao debate. Em um Brasil ainda em formação e muito heterogêneo, com inúmeras contradições, a cortina desceu do dia para noite. A ditadura brasileira, ao invés de excluir totalmente a classe política, como ocorreu em outros países latino-americanos, promoveu uma seleção negativa: qualquer personalidade melhor que surgisse era imediatamente descartada. Isso produziu uma classe política de terceira ordem, salvo exceções brilhantes, que governa

---

## Chegamos a contrair empréstimos a juros negativos de até 7%

---

Ásia lutavam, como nós, contra um atraso acumulado. Só que, ao contrário do que fez o Brasil, que atacou o problema a partir de objetivos exclusivamente econômicos, eles transformaram as suas estruturas sociais — fizeram, inclusive, a sua reforma agrária —, e, sobre isso, o Estado implantou a industrialização. Essa opção tem uma explicação histórica simples. A experiência comunista da China, geograficamente muito próxima, ocorria paralela e simultânea. Aquele país havia começado a sua reforma agrária em 1946, e se lançava para frente dando prioridade ao social. Isso determinou por disseminar a crença generali-



o país até hoje.

O processo de desenvolvimento existia no Brasil, antes de 1964. A taxa de crescimento da década de 50 já era muito alta. Por outro lado, os governos militares construíram o surto de crescimento daquele período aproveitando a grande liquidez internacional dos anos 70. Chegamos a contrair empréstimos a juros negativos de até 7%.

Em 1979, no entanto, durante o governo Carter, a inflação agravou-se nos Estados Unidos e, com isso, aumentaram brutalmente as taxas de juros, que chegaram a 14%. A dívida tornou-se inadmissível. Essa é, em resumo, a história econômica daquela época: crescimento com endividamento progressivo, rápido — e muito irresponsável.

Não existem, hoje, correntes de pensamento significativas, com força de grandes ideologias, que proponham soluções para os problemas do desenvolvimento. O que caracteriza a civilização atual é a sua falta de imaginação para pensar o futuro e para criar uma utopia nova. Essa é a realidade. O pensamento único que está dirigindo o mundo, hoje, é o liberalismo. E o liberalismo é a pura passividade.

Segundo o professor Eugênio Gudim, o Brasil é uma economia-reflexo. Eu diria mais: o Brasil é um país de mentalidade-reflexo. É como se fôssemos obrigados a adotar o liberalismo automaticamente, visto este haver predominado na Inglaterra da senhora Thatcher, ou nos Estados Unidos de Ronald Reagan. Nosso neoliberalismo não é resultado de reflexão, de debate, de movimento de opinião, mas da incapacidade crônica de pensarmos com autonomia. No Brasil, as idéias só vingam quando vêm de

fora; do contrário, são imediatamente descartadas. A obsessão monetarista que está se desenvolvendo hoje, no Brasil, é um bom exemplo da força que tem ganho, entre nós, o pensamento neoliberal. Imaginar que a estabilidade monetária é suficiente para assegurar prosperidade é o mesmo que afirmar que o mercado é capaz de promover, por si só, o desenvolvimento de um país. Todos sabemos que está bem longe de ser dessa maneira.

A estabilidade da moeda é um fator importante, mas pergunto se é legítimo sacrificar

---

## De todas as reformas, destacaria a tributária como a mais premente

---

os investimentos produtivos, capazes de gerar empregos, mantendo uma política de altas taxas de juro. Por outro lado, penso que o monetarismo que se pratica no Brasil não se justifica por questão de estabilidade monetária. A taxa de juros média brasileira do ano passado foi a mais alta do mundo, em termos reais, chegando a 35%. A segunda maior foi a Argentina, com 20%. Com toda franqueza, a única justificativa que encontro para tamanha aberração é a insegurança que governa completamente o setor monetário brasileiro. Há um medo tremendo de que, ao modificarem-se as regras do jogo, advenha uma inflação

em cascata. Na opinião dos defensores de tal política, a inflação é como um tóxico, no qual a sociedade está viciada, e pelo qual anseia.

A estabilidade plena de preço adequa-se bem a economias uniformes, sem grandes desigualdades tecnológicas. Não é o caso do Brasil, onde uma inflação entre 10% e 20% é inevitável, em maior ou menor grau, para favorecer o crescimento. O caso é que o Brasil não tem nem uma coisa nem a outra. A inflação está a 20% ao ano e não apresentamos qualquer sinal de crescimento. Como resultado dessa estagnação, a poupança interna brasileira tornou-se absurdamente insuficiente, não ultrapassando a marca de 16%. Na época do Plano Trienal, no início da década de 60, a inflação era de 20%, mas o país crescia a 6%, e a poupança era de 22%. Só o desenvolvimento é capaz de criar poupança que, por sua vez, é o que financia o desenvolvimento econômico e social.

Em todo o mundo, a poupança tem sido quase que totalmente institucional, ou pública. A classe média, pressionada pelo tremendo apelo que se faz ao consumo, vive endividada. O consumismo estimula a economia mas corrói a poupança. Portanto, a forma clássica de poupança privada não existe mais: a única fonte realmente expressiva de recursos, hoje, são os fundos de pensão. Há países nos quais estes são proprietários de uma parcela significativa das indústrias, indicando, inclusive, uma transformação significativa.

O capitalismo não é mais um sistema de capitalistas, mas de gerentes. O dinheiro pode pertencer a quem quer que seja: os gestores, que têm poder operacional sobre massas tremendas de recursos, às

vezes completamente anônimas, são a verdadeira classe dominante da atualidade.

O Brasil precisa, antes de tudo, reformar sua sociedade. O que estamos discutindo, hoje, não são reformas sociais, mas do Estado. É evidente que a reformulação do sistema público é necessária, porque o Estado é o mais importante instrumento que uma sociedade tem para agir sobre ela mesma. De todas as reformas, destacaria a tributária como a mais premente, pois é preciso combater o déficit estrutural permanente da economia brasileira, que tem que ser financiado pela inflação. Por seu intermédio, o Estado passará a ter meios para fazer face às suas necessidades fundamentais. Deixar de realizá-la é aceitar que o Estado apele para a desordem inflacionária.

O Brasil é uma sociedade em construção, que tem heterogeneidades brutais. Nesse caso, as responsabilidades do Estado, como fiscal da sociedade, são muito maiores. Ninguém pode corrigir as desigualdades que existem no Brasil, se não por intermédio do Estado. O mercado não só não poderá fazê-lo, como tende a agravar as desigualdades sociais. Todo país subdesenvolvido tem que fazer um esforço ordenado para sair do subdesenvolvimento por intermédio de uma política que assume a sua forma mais acabada num plano, e só o Estado pode comandar esse processo.

A atitude contra o Estado é absolutamente irracional, porque não se tem notícia de sociedade moderna sem ele. Cada país, porém, tem o seu projeto próprio político, e o Estado decorre disso. O orçamento dos Estados Unidos, por exemplo, destina uma fortuna à questão da segurança, porque aquela sociedade con-

sidera que a defesa é o principal objetivo do Estado americano. Nessa linha, o Estado brasileiro deveria eleger como seu objetivo principal homogeneizar a sociedade a partir da criação de empregos, porque ninguém pode fazê-lo de forma sistemática sem o apoio do poder estatal.

É verdade que, durante os governos militares, a participação do Estado na economia aumentou muito, por dois motivos: de um lado, havia uma idéia de indústria como poder nacional, a qual deveria ser impulsionada pelo poder público; de outro, adotou-se um

---

## A globalização é um processo histórico dominante e inevitável

---

modelo de Estado assistencial, que terminou transformando-o em hospital de empresas privadas, realizando uma estatização perversa com vistas a evitar os problemas sociais decorrentes do insucesso de determinados empreendimentos. Mas há inúmeras coisas no Brasil, que devem ser necessariamente públicas, porque estamos falando de um país, repito, em construção. O Estado teve papel fundamental na história do Brasil.

O que é este país, se não o produto de um projeto público português? É este território imenso, como foi constituído? Foi por ação pública. E o que dizer da sua unidade, que é um milagre da história

moderna, e que só existe porque dispomos de instituições públicas que impelem o brasileiro no sentido da integridade nacional acima de tudo? A indústria automobilística, a infra-estrutura rodoviária, o sistema de eletricidade, que é um dos maiores do mundo, tudo isso foi feito pelo Estado, graças a políticas de incentivos fiscais, ou ao suporte do BNDES.

Isso é somente uma retórica, sem fundamento. A prática tem mostrado que eficiência e ineficiência, no Brasil, existem em ambos os lados. O governo tem desembolsado milhões de dólares socorrendo o sistema financeiro privado. Ao mesmo tempo, temos uma empresa estatal que é considerada modelo mundial no seu setor: a Vale do Rio Doce. Isso é surpreendente, se levarmos em conta o processo de degradação da máquina do Estado — fenômeno muitíssimo grave no mundo inteiro mas que, no Brasil, assumiu grandes proporções, levando as empresas públicas à decadência.

Na minha opinião, o Estado deveria manter controle sobre o menor número possível de empresas. Mas, quando o assunto é privatização, é preciso avaliar cada caso, individualmente. Se renunciarmos à Vale do Rio Doce, por exemplo, estaremos nos desfazendo da única empresa brasileira capaz de participar do processo de globalização. Uma empresa do porte da Vale, se privatizada, cairá fatalmente nas mãos de outro Estado: tornar-se-á uma empresa pública dos japoneses ou dos australianos. A Light, por exemplo, não foi privatizada. Passou, simplesmente, para a LDF, uma empresa pública francesa.

A privatização do setor de informática e das telecomunicações também merece aná-



lise cuidadosa. O Brasil fez um investimento de tempo e dinheiro importante aí, formando técnicos qualificados, cientistas, físicos competentes. Considero que os setores em que o Estado brasileiro acumulou competência, inteligência, material humano de nível superior, merecem um esforço de preservação.

Primeiramente, é necessário não esquecer que, num primeiro momento do processo de industrialização brasileiro, a atuação do Estado foi imprescindível, pois não havia, então, capitais privados, ou acesso a financiamento internacional. Ou reuniam-se recursos públicos, como no caso de Volta Redonda, ou não teríamos determinada indústria. Muitas dessas empresas, hoje, não precisam mais estar sob controle estatal. É o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que, na minha opinião, estava pronta para passar para grupos privados. É preciso, porém, vender em condições vantajosas e para grupos que tenham vocação para o setor. Do contrário, as empresas públicas brasileiras tornar-se-ão objeto de especulação.

A globalização é um processo histórico dominante e inevitável, que aponta para a integração das unidades de produção, em escala mundial, de todos os setores econômicos. É preciso que cada país tenha a sua política própria para lidar com essa realidade. Países em formação, como China, Rússia e Brasil terão a sua unidade ameaçada e, portanto, deverão desenvolver ações capazes de compensar os riscos que a globalização representa e, ao mesmo tempo, de alcançar uma inserção internacional. Por outro lado, como a globalização vai criar tensões sociais muito grandes, em muitas partes do mundo, será preciso que os Estados locais tratem de compensá-las. Em resumo: é uma ilusão imaginar que a necessidade de governar vá diminuir com a globalização.

Uma política nacional de desenvolvimento que dê prioridade ao Nordeste é essencial, porque lá está um terço da população brasileira, vivendo na condição de massa mais pobre do hemisfério. Tal política deveria contar com ações que visassem à criação de empregos e ao crescimen-

to da economia local, aproveitando a vocação que tem a região para a agricultura intensiva, que absorve muita mão-de-obra; o turismo, como uma forma de industrializar o patrimônio natural; e o artesanato moderno, no qual a população local é especialmente hábil.

Consolidar a administração municipal para desenvolver a vida administrativa a partir de unidades locais é essencial e, nesse aspecto, a Constituição de 88 foi positiva: estimulou a descentralização, aumentando a participação dos municípios e dos estados. Vale lembrar que os recursos globais não *aumentaram na mesma* proporção. O resultado é a falência do orçamento, e conseqüente pressão inflacionária, provocada pelo próprio Estado.

CELSO FURTADO é um dos mais eminentes pensadores econômicos brasileiros. Autor de clássicos como *Formação Econômica do Brasil*, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Foi Superintendente de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Foi também autor do Plano Trienal do Governo João Goulart.